

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA- III SEMINÁRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS- BRASÍLIA- 2010

**Escola de Magistratura Federal da 1ª Região
(ESMAF)- BRASÍLIA- 2010**

Painel 3:

- **“A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento”**
 - **Ministro Luís Inácio Lucena Adams**
 - **Advocacia-Geral da União**

“

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Litigância do Estado- União como demandada
- Em 2009 há 2.461.927 casos pendentes em juízos federais de 1º Grau, propostos contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais.

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Litigância de Estado- União como demandada
- Em 2009 foram propostas 112.617 ações contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Litigância de Estado- União como demandada
- No 2º Grau a situação não é menos alarmante. Há, na Justiça Federal de 2º Grau, 666.418 casos (novos e pendentes) nos quais a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais ocupam o pólo passivo.

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Litigância de Estado- União como demandante
- Em 2009 registrou no 1º Grau da Justiça Federal que a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais figuram em 3.443.306 casos novos e pendentos.

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Litigância de Estado- União como demandante
- No 2º Grau, casos novos e pendentes, em 2009, com União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais como demandantes, orçam em 728.919.

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Há, assim, cerca de 7.413.186 processos de interesse imediato da União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais., como demandantes ou demandadas
- Estes níveis altíssimos de litigiosidade exigem soluções imediatas
- Questão central: a execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Arrecadação com Receitas de Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça (em reais) na Justiça Federal em 2009: 9.268.766.497
- Despesa Total da Justiça Federal em 2009 (em reais): 6.129.836.730
- Arrecadação com Receitas da Execução Fiscal em Relação à Despesa Total da Justiça: 208,7%

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Casos Novos de Execução Fiscal no 1º Grau da Justiça Federal em 2009:
 - TRF 1ª R- 77.395
 - TRF 2º R- 47.845
 - TRF 3º R- 79.806
 - TRF 4º R- 53.440
 - TRF 5º R- 29.735
- Total de Novas Execuções Fiscais na Justiça Federal no ano de 2009: 288.221

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º Grau da Justiça Federal em 2009
 - TRF 1ª R- 711.870
 - TRF 2ª R- 489.382
 - TRF 3ª R- 1.006.52a
 - TRF 4ª R- 166.414
 - TRF 5ª R- 235.673
 - Total- 2.609.866

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Processos Baixados de Execução Fiscal na Justiça Federal em 2009
 - TRF 1ª R- 117.002
 - TRF 2ª R- 27.971
 - TRF 3ª R- 35.863
 - TRF 4ª R- 50.353
 - TRF 5ª R- 50.910
 - Total- 282.099

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Sentenças em Execução Fiscal no 1º Grau na Justiça Federal em 2009
 - TRF 1ª R- 48.129
 - TRF 2ª R- 31.277
 - TRF 3ª R- 23.101
 - TRF 4ª R- 47.414
 - TRF 5ª R- 33.430
 - Total- 183.351

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório na Justiça Federal
 - TRF 1ª R- 357.947
 - TRF 2ª R- 263.799
 - TRF 3ª R- 602.660
 - TRF 4ª R- 191.854
 - TRF 5ª R- 58.133
 - Total- 1.474.393

Painel 3: A execução fiscal e sua influência na taxa de congestionamento

- Necessidade de Modernização da Administração Tributária Brasileira
 - Transparência
 - Celeridade
 - Desburocratização
 - Eficiência
- Nova Relação Administração/Contribuintes

Inventário de Problemas Atuais

- Estoque da dívida federal: 550 bilhões de reais
- Nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro as execuções correspondem a 50% da movimentação processual
- São 8 milhões de processos na justiça estadual paulista

Inventário de Problemas Atuais

- Média de duração no TJ-RS: 1.176 dias
- Na Justiça Federal a execução fiscal representa 36,8 % do total dos processos
- O volume de execuções fiscais cresce em média 20% por ano

Sugestões Gerenciais

- Identificação de pontos de estrangulamento do processo
 - Desjudicialização da execução fiscal
- Reconhecimento da inviabilidade do modelo atual
 - Fixar a c.d.a. como indicativo suficiente para interrupção da prescrição

Sugestões Gerenciais

- Concepção de um modelo de penhora administrativa
- Modelo de venda pública do bem penhorado como negócio no interesse do exeqüente
- Autonomia do Procurador para que possa estabelecer prioridades na cobrança

Sugestões Gerenciais

- Autonomia para que o Procurador possa negociar e celebrar acordos com o executado
 - Baixa definitiva das ações inviáveis e prescritas
- Levantamento realista de valores reais passíveis de cobrança

Sugestões Gerenciais e Legislativas

- Criação de juízos especiais em matéria tributária
- Adoção de métodos alternativos de resolução de controvérsias
- Restrição de créditos públicos em caso do não recolhimento do valor devido

Sugestões Gerenciais

- Alternativamente, condicionamento de entrega de crédito público a apresentação de um plano de pagamento da dívida ativa
- Condicionamento de autorização para participação em licitações à apresentação de alguma proposta de transação, por parte do devedor

Sugestões Gerenciais

- Protesto da certidão da dívida ativa (discute-se a legalidade, porquanto o Poder Público detém outros meios para a cobrança)
- Facilitação e flexibilização de mecanismos de compensação
- Uniformização dos dados relativos aos custos de cobrança da dívida ativa

Sugestões Gerenciais

- Melhoria em cadastros e fluxos de informações
 - Uso da informática e de processos eletrônicos
- Desnecessidade da penhora para discussão do crédito

Sugestões Gerenciais

- Uso de oficiais de justiça *ad hoc*
- Obrigatoriedade de indicação de bens passíveis de penhora na petição inicial
- Simplificação na forma de quitação de débitos ajuizados

Estoque da dívida ativa da União

- Fonte: Relatório de Gestão/ 2008- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 - Até Novembro de 2008:
 - Ajuizadas: 520.044.864.384,20
 - Não-Ajuizadas: 29.518.053.156,02
 - Total: 549.562.917.540,22

Indicadores de Arrecadação (2008)

- Fonte: Relatório de Gestão/ 2008- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
- Defesa: 9.296.864.690,64 (conversão de depósitos em renda)
- Dívida Ativa: 4.026.861.578,86
- Parcelamentos: 1.549.184.754,97

Relação Estoque da Dívida Ativa/Arrecadação/ 2008

- Fonte: Relatório de Gestão/ 2008- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 - Estoque da Dívida Ativa: 565 bilhões
 - Arrecadação: 13 bilhões
 - Porcentagem: 2,36%

Arrecadação/Parcelamentos Especiais- 2008

- Fonte: Relatório de Gestão/ 2008- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 - REFIS: 91.127.120,01
 - PAES: 943.055.226,04

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional- Quadro de Servidores-

- Fonte: Relatório de Gestão/ 2008- Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
 - 5.107 servidores
 - 1.785 procuradores
 - 1.476 funcionários de apoio
 - 831 estagiários
 - 1.015 terceirizados

Questão Central

- O *mais do mesmo* (mais Procuradores, Juízes, Servidores) resolve o problema?
- Pode-se falar em uma melhora no modelo de arrolamento de bens?
- Haveria vantagens na penhora administrativa?
- Haveria avanços com modelos de transação tributária?